

Max Hidalgo 

Universitat de Barcelona, Barcelona, Espanha

Resumo

Estes fragmentos dialogam com a obra de Raúl Rodríguez Freire, especialmente com seus livros *La condición intelectual. Informe para una academia* (Santiago de Chile, Mimesis, 2018); *La universidad sin atributos* (Santiago de Chile, Macul, 2020); *La forma como ensayo. Crítica ficción teoría* (Adrogué, La Cebra, 2020); *Ficciones de la ley* (Santiago de Chile, Mimesis, 2022) e *La naturaleza de las humanidades. Para una vida bajo otro clima* (Ed. Raúl Rodríguez Freire, Santiago de Chile, Mimesis, 2022).

Palavras-chave: Universidade; escritores; professores; intelectuais; mercadoria.

Abstract

These excerpts are in dialogue with the work of Raúl Rodríguez Freire, especially with his books *La condición intelectual. Informe para una academia* (Santiago de Chile, Mimesis, 2018); *La universidad sin atributos* (Santiago de Chile, Macul, 2020); *La forma como ensayo. Crítica ficción teoría* (Adrogué, La Cebra, 2020); *Ficciones de la ley* (Santiago de Chile, Mimesis, 2022); *La naturaleza de las humanidades. Para una vida bajo otro clima* (Ed. Raúl Rodríguez Freire, Santiago de Chile, Mimesis, 2022).

Keywords: University; Writers; Professors; Intellectuals; Merchandise.

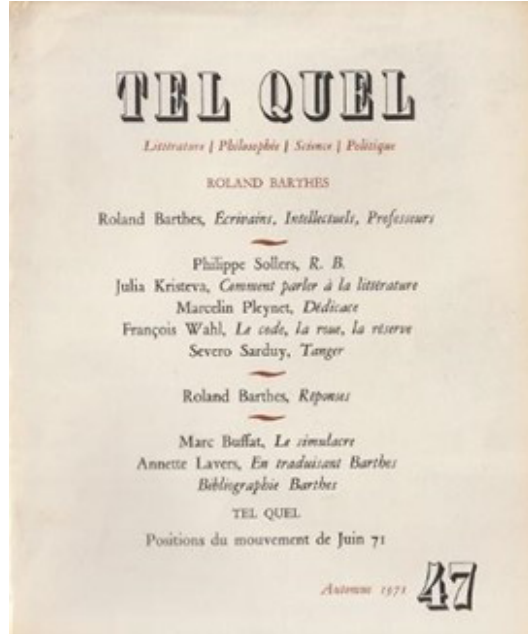
Resumen

Estos fragmentos dialogan con la obra de Raúl Rodríguez Freire, especialmente con sus libros *La condición intelectual. Informe para una academia* (Santiago de Chile, Mimesis, 2018); *La universidad sin atributos* (Santiago de Chile, Macul, 2020); *La forma como ensayo. Crítica ficción teoría* (Adrogué, La Cebra, 2020); *Ficciones de la ley* (Santiago de Chile, Mimesis, 2022); *La naturaleza de las humanidades. Para una vida bajo otro clima* (Ed. Raúl Rodríguez Freire, Santiago de Chile, Mimesis, 2022).

Palabras-chave: Universidad; escritores; profesores; intelectuales; mercancía.

Tradução de Susana Scramim ORCID 0000-0002-0316-0582
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

No outono de 1971, a partir da tribuna da revista *Tel Quel*, Roland Barthes questionava suas próprias práticas a partir de uma tripla dependência como escritor, intelectual e professor. “Écrivains, intellectuels, professeurs” abria o número 47 de um volume dedicado a ele por uma revista de vanguarda que – tal como indicava seu subtítulo – intervinha simultaneamente em diversas frentes – literatura, filosofia, ciência e política –, fazendo-as comunicarem-se e friccionarem-se.



Essa tensão que percorria a obra de Barthes – e a de muitos escritores, professores e intelectuais não conformistas do final dos anos 1960 e princípios dos 1970 – foi intimamente abalada pelas transformações econômicas, políticas e sociais que durante essa década – e até hoje – deslocaram, junto com o avanço do neoliberalismo, as figuras do escritor e do intelectual, as quais, desde então, tenderam a ser substituídas pelas dos *experts* e do crítico de opinião. A pergunta que surge, voltando àquela intervenção de Barthes, é: quais são os espaços literários, intelectuais e acadêmicos que hoje habitamos, e como eles se comunicam entre si? Os nomes são os mesmos – porém o terreno em que pisamos é outro. O que é ser um escritor, um intelectual, um professor *hoje em dia*? O que ocorre quando falamos e apelamos a essas figuras? Quais são nossas condições materiais de trabalho, nossos modos de produção e os circuitos nos quais se insere nosso trabalho? São atividades compatíveis, complementares, suplementares? E como umas poderiam se deixar afetar pelas outras?

De uma universidade excelente. Em *La condición intelectual* (2018) e em *La universidad sin atributos* (2020a), Raúl Rodríguez Freire reconstruiu alguns dos elos pelos quais foram armados contemporaneamente os novos dispositivos de sujeição da

vida acadêmica. O autor refere “a silenciosa, porém sustentada e imparável inscrição, de um discurso, de uma linguagem propriamente neoliberal e da qual não podemos abrir mão, pois provavelmente nos constituíu, pelo menos a maioria daqueles que habitamos a universidade,

seja como investigadores, professores ou estudantes” (Rodríguez, 2020a, p. 180). Noções como “qualidade”, “excelência”, “crédito”, “competências”, “inovação” ou “capital humano” – que formam parte dos discursos hegemônicos da universidade contemporânea – derivam de uma *ratio* econômica que atravessa os mais variados campos de nosso mundo e que, no caso do mercado da educação, estandardizam o saber como produto de consumo. A noção de “capital humano” é uma peça-chave desse andaime discursivo que, em nossos dias, se converteu em uma segunda natureza, e que faz do saber outro objeto de gestão.

O Plano Bolonha, assinado em 1999, foi um modo de fazer a gestão do sistema educacional através do sistema de créditos transferíveis (European Credit Transfer System, ECTS), o qual estandardiza e, portanto, torna computável o tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para a produção de títulos e diplomas. O que muitas vezes se esquece é que esse sistema, ao mesmo tempo que fomenta a circulação de estudantes, professores e investigadores – construindo assim um mercado acadêmico global afetado por problemas análogos aos de outros mercados globais –, instaura uma *ratio* ligada à gestão de custos e benefícios.

O que se media então e se mede agora, não é o conhecimento, que resulta praticamente irrelevante frente ao tempo para produzir um sujeito que ao fim do semestre consiga aprovar não seus cursos, mas seus créditos. Entretanto, a suposta centralidade no tempo também oblitera o fundamental dessa



tecnologia creditícia. O destaque está em estabelecer o “custo de produção da educação e da investigação [...] ‘de maneira similar à como se faz nas fábricas e indústrias’”, com a finalidade de otimizar os recursos, homologando, por exemplo, um curso de poesia medieval à cadeira que usa o estudante quando assiste a suas aulas. (Rodríguez, 2020a, p. 187).

Nossas práticas passam a ser modeladas e interpretadas a partir de uma lógica da avaliação que parte de um modelo produtivista e quantitativo de gestão aplicado de modo acrítico. Se percebemos o que ocorreu nas universidades no âmbito mais amplo das transformações de nossas sociedades com o auge e consolidação do neoliberalismo veremos que o que está em jogo é a promoção de um dispositivo de captura geral que submete a vida em seu conjunto a critérios empresariais. Talvez se possa driblar por algum tempo as normativas, os protocolos, as avaliações e a quantificação da docência e da pesquisa, mas tudo isso constitui, de modo articulado, um potente dispositivo de subjetivação que determina nossas práticas a partir de uma só *ratio*, de modo que a médio e a longo prazo a soma dessas pequenas transformações se converteu, na prática, em um potente

A área de conhecimento “Teoria da Literatura e Literatura Comparada” está atualmente ameaçada de desaparecer na reforma universitária espanhola da Lei Orgânica do Sistema Universitário (LOSU), a qual em sua minuta inicial, deixa de contemplar a existência da respectiva área de saber.

determina nossas práticas a partir de uma só *ratio*, de modo que a médio e a longo prazo a soma dessas pequenas transformações se converteu, na prática, em um potente

1. Matemáticas	12. Ingeniería aeroespacial y aerospacial	21. Fisioterapia y terapia ocupacional	34. Historia, arqueología e historia del arte
2. Física	13. Ingeniería naval y oceánica	22. Farmacia	35. Geografía
3. Química	14. Ingeniería y ciencias agrarias, ingeniería forestal y tecnología de los alimentos	23. Veterinaria	36. Filosofía
4. Biología	15. Arquitectura, ingeniería civil y topografía	24. Ciencias biomédicas	37. Lenguas modernas y sus literaturas
5. Bioquímica	16. Ingeniería de máns	25. Actividad física y ciencias del deporte	38. Filología hispánica, clásicas y del mundo antiguo
6. Ciencias de la Tierra	17. Ingenierías del ámbito de la Defensa	26. Psicología y logopedia	39. Estudios culturales y antropología
7. Ciencias medioambientales y ecología	18. Cirugía, odontología y podología	27. Economía	40. Comunicación e información
8. Estadística y ciencia de datos	19. Medicina	28. Empresa	41. Ciencias de la educación
9. Ingeniería informática y de la telecomunicación	20. Enfermería	29. Ciencias políticas	42. Didácticas específicas
10. Ingeniería química, medio ambiental y materiales		30. Relaciones laborales, trabajo social y recursos humanos	
11. Ingeniería industrial, mecánica y eléctrica		31. Sociología	
		32. Derecho	
		33. Artes	

dispositivo de controle do qual alguns, por acaso, poderemos nos salvar individualmente. Entretanto, ele constitui uma condenação coletiva para seus atuais membros e para aqueles corpos “porvir”.

“...uma responsabilidade que temos apagado...”. Nos faltam os meios para pensar nossas próprias práticas e o lugar que ocupam na circulação do saber e do capital no mundo contemporâneo. A separação entre vida e pensamento que, pelo comum, afeta o que fazemos, hoje em dia não é consequência, como

poderia pensar-se, de uma separação entre vida e trabalho, mas sim uma subsunção da primeira no segundo pela qual as lógicas e dispositivos do trabalho acabam moldando formas de vida baseadas no conformismo. A aversão à escritura e o tédio na sala de aula, nos congressos e na leitura formam parte de um circuito de produção – de um modo de habitá-lo – baseado na desconexão que dá conta da impossibilidade de habitar um presente do qual fomos expropriados. A que remete o tédio que sentimos tantas vezes ao escutar conferências, à indiferença ou a um desejo de alguma outra coisa, tal como se mostra – quando o tédio se converte em angústia – no momento em que temos que nos expor publicamente? A questão aí é como se colocar no jogo – pondo a cada vez as coisas em jogo – na leitura, na docência, nos encontros acadêmicos e na escritura.

Refletir sobre as formas da vida intelectual contemporânea – como propõe raúl rodríguez freire em *La condición intelectual* (2018) e em *La universidad sin atributos* (2020a) – pode contribuir para a compreensão da potência e dos limites de nossas próprias práticas, assim como possibilita imaginar outras formas de vida ligadas à escritura, à leitura e à docência. Através desse gesto se faz possível apelar a “uma responsabilidade que temos apagado” (Rodríguez, 2022b, p. 23) – a uma responsabilidade enquanto possibilidade de responder, de desinibir-se frente ao meio. Responsabilidade, em um primeiro momento, para com os outros e nós mesmos; mas também, e de modo radical, para com as coisas e o resto dos viventes. Essa multiplicidade de povos humanos e não humanos obriga a uma revisão das humanidades e, com elas, a um questionamento do conceito de humanismo que as sustenta.

* * *

Expropriados. Temos à mão aulas nas quais pensar em comum? Colegas com quem dialogar? Revistas em que imaginar arquipélagos de pensamento? Editoras a partir das quais experimentar? No fluxo de demandas periodicamente renovado de nossas ocupações cotidianas, o que resta de nossas energias após serem capturadas pela máquina das finanças e seu insaciável vocabulário religioso ligado ao crédito? Além da sobrevivência individual nesse meio, será possível fazer habitável novamente alguns desses espaços ao mesmo tempo que lutamos, *sur place*, contra as lógicas que os colonizaram?

“El dios alojado.
Enseñar a
enseñar
literatura: notas
para una ética
de la clase”.

Miguel
Dalmaroni

Nossos corpos-universitários. A universidade se sustenta em grande medida em nossos corpos. Corpos crescentemente precarizados, na sua maioria intercambiáveis, prescindíveis de modo individual. Porém, essas determinações são certas, pois o dispositivo acadêmico encontra nos corpos um ponto de ancoragem fundamental sem o qual não poderiam circular nem os saberes, nem as mercadorias, nem os estudantes, e no qual não seria possível nem a elaboração de projetos, nem a publicação de revistas, nem os processos de avaliação e certificação de seus membros. Sem eles tampouco poderia acontecer a docência, que, por mais invisibilizada que esteja, continua sendo – como bem sabe Analía Gerbaudo – uma das principais promessas da educação, na qual se produz algo da ordem da transmissão – transmissão não somente nem principalmente de um saber, senão de alguns discursos e, em termos finais, de formas de vida.

(*O corpo da leitura: um conto*) Em 4 de março de 2020 Graciela Goldchluk, professora da Universidad de La Plata, veio a Barcelona para compartilhar como algumas de nós, em meu curso sobre o pós-estruturalismo, sua leitura atenta e cuidadosa (de olhos e dedos delicados) da primeira página do manuscrito de *El beso de la mujer araña*, de Manuel Puig. Ela o fez desinteressadamente, por amor à coisa. E falava da presença de uma ausência, recordando Blanchot, e do corpo da escritura. Graciela nos falava dos corpos, e repetia a cada passo: “Agradeço, muito obrigada a todes. É graças a vossos corpos que eu posso pensar. Obrigada, obrigada.” Poucos dias depois, seu corpo ficou retido nos aeroportos da Europa, até que conseguiu um voo de volta graças à cumplicidade e solidariedade de uma funcionária que não havia esquecido a hospitalidade argentina com os exilados espanhóis.

Formas do conformismo

Nossos livros, nossos textos, os que publicamos, os que produzimos, transformam ou reforçam a forma de trabalho imposta pelo capitalismo (acadêmico) contemporâneo? (Rodríguez, 2018, p. 45),

O pensamento acadêmico circula hoje em dia através de uma forma dominante “que tende a expulsar a escritura que não a reverencie” (Rodríguez, 2020a, p.15). A exclusão de uma forma de escritura é, como Adorno bem sabia, censura de uma forma de pensamento. O modelo único de *paper* impõe, a priori, um modo de pensamento baseado *na interpretação técnica do pensar* (Heidegger, *apud* Rodríguez, 2020a, p. 19). Quer dizer, um pensamento que não se pensa a si mesmo e que desaloja, desse modo, a possibilidade de pensar seus limites e fundamentos. Um pensamento que trabalha com objetos e não com problemas; com a história e não com a historicidade; um pensamento monárquico e universal – vale dizer, baseado em um único princípio e uma

só dimensão –, que submete a linguagem – e a materialidade que lhe dá suporte – a um uso meramente instrumental e, portanto, domesticado. Por tudo isso, cabe chamar a atenção sobre a estandardização das formas e modos de circulação dos textos acadêmicos.

A crítica e a ficção teórica devem ter um lugar relevante onde quer que queiram ter lugar, pois ainda guardam a potência para performar um mundo heterogêneo a este que nos impuseram, um mundo no qual a mitologização, no sentido de Barthes, parece ser a norma, tal como comprova o uso acrítico das noções de qualidade, capital humano, competência, crédito etc., que foram esvaziadas em prol de uma razão econômica. O Barthes de *Mitologias* chamaria a isto de transformação da história em natureza, que faz com que tais vocábulos sejam usados de maneira inocente, como se não tivessem história e fossem neutros e pudessem subtrair-se à argumentação, a não ter que dar explicações e entregar-se ao conformismo do dado, pois, como assinalei antes, quem poderia estar contra a qualidade, se é óbvio que é importante? Entretanto, o conformismo não é suficiente. A crítica dessa mitologização é uma parte de um exercício maior: a transformação de nós mesmos. Enquanto prática material, a crítica deve encarregar-se tanto de dismantelar as categorias que nos constituem, que nos produzem, como em fortalecer uma ética de si que permita a reversão da sujeição do capital humano, do empreendimento, da vaidade, de nossos egos etc. (as humanidades têm a mesma raiz que a humildade). Nietzsche afirmava que somente como obra de arte se justifica a existência, o que quer dizer que devemos criar-nos a nós mesmos, inventar estilos heterogêneos, e deixar de recorrer aos manuais que te dizem como levar tua vida, deixar os experts de lado, e experimentar. (FREIRE, 2020, p. 231)

Barthes sustentava, em 1968, que a universidade francesa encontrava sua identidade através de uma obrigação: se tratava de falar da literatura usando certa linguagem. “Esta linguagem”, continuava, “que poderíamos chamar a escritura universitária, se baseia na censura generalizada”. Essa escritura que ele criticava naquele momento se transformou historicamente, porém a censura que então denunciava seguiria estando vigente sob novas formas em nossos tempos. Sucede que, por ser tão comum, sequer imaginamos que poderíamos escrever de outras maneiras. Dar-nos essa oportunidade, e enviar seu resultado a uma revista acadêmica, seria um modo de *solicitar* a segurança de seus editores – um modo de os interpelar, dando-nos e dando-lhes a possibilidade de estabelecer uma relação, pelo menos um contato, mais além da gestão – e, no caso de ser recusada, de traçar um perímetro, de registrar uma fronteira, abrindo uma margem ao existente. Por que não nos dar a possibilidade de experimentar, de dar lugar a textos e a escrituras que muitas vezes não são solicitadas (e, portanto, não acontecem) e nem encontram seu lugar (e, ainda que aconteçam, não circulam) e, desse modo, dar-nos a possibilidade de escrevê-las e dá-las a ler?

Demonstrando a impossibilidade de escindir o modo no qual algo se enuncia daquilo do que efetivamente se fala, raúl rodríguez freire mostra, ao referir-se à pa[u]perização do saber (Rodríguez, 2018, p. 43), que a *condição intelectual* também é uma questão de *dicção*. O modelo quantitativo do *paper*

vem associado pelo comum a uma retórica expositivo-informativa sustentada no “ideologema” da claridade, o qual encontra na filosofia analítica escrita em *Globish* (Barbara Cassin) seu exemplo mais bem resolvido. Essa forma da escritura se põe a serviço da circulação universal das mercadorias, em um espaço no qual qualquer irrupção da opacidade ou conjectura da equivocidade da linguagem é vista como um acidente que precisaria ser reparado. Portanto, como relembra Raúl Rodríguez Freire, “o conteúdo jamais abolirá uma forma” (Rodríguez, 2020b, p. 16). Se escreve. Se fala.

A aquiescência, a resignação, a colaboração ou o entusiasmo diante as formas acadêmicas e pedagógicas do passado ou implementadas nos últimos anos participam de um mesmo espectro de práticas que cabe agrupar como *formas do conformismo*. Com o conformismo, só se pode romper de modo efetivo coletivamente; o que parece que está por inventar-se são os modos de existência das comunidades que façam possível essa ruptura.

(Eu o ouvi.)

Um colega traduz um sociólogo argentino ao inglês. Um inglês escreve o prólogo e aproveita o texto para fazer um agravante à desconstrução. O tradutor pergunta ao inglês, antes de que se publique o texto, se alguma vez lera Derrida. Ele responde que não: fala de ouvido. Felizmente, nesse caso, aceita suprimir esses fragmentos de seu prólogo, revisando o automatismo.

Em que momento as revistas de crítica universitárias deixaram de ser críticas e começaram a ser apenas universitárias, perdendo em diversidade estilística e discursiva, o que ganharam com a standardização e irrelevância? (Rodríguez, 2020b, p. 15).

ARTÍCULO ISOMORFATEADO®
ALEA®

De um saber isomorfo e formatado. O discurso acadêmico é imediatamente reconhecível para aquele que está já familiarizado com ele mediante uma retórica que, acima de tudo, nos indica que estamos em um âmbito específico. Portanto, além do discurso – no qual, como destacava Foucault, está em jogo previamente à verdade e à mentira dos enunciados, a possibilidade de reconhecê-los como formando parte de certo discurso ou como excluídos dele –, o gênero acadêmico contemporâneo implica um formato baseado na

estandardização. Na era digital, a estandardização da imprensa – que, como demonstrou Walter J. Ong, permitia fechar o espaço da página – se transforma em *OJS* e encontra seu lugar ideal no *doi*.

“Porém não retrocedas; porque não se sabe quando o amor perde, onde a terra volteando caminha, nem o que encerra a mensagem de que ninguém tem a chave.

Pois o Livro Maior (e isso é o grave) do Dever e do Fazer nunca se cerra, e acaso acerte o que com tino erra; nem é nada o mundo até que o mundo acabe.

Se te dizem que Deus é infinito, diz que então não é; e sim finito, que o demonstre pois e que conclua.

Porém não há Deus nem há Lei que a contradança não possa bailar. Tua morte é tua. Teu não-saber é toda tua esperança.”

Agustín García Calvo, “Soneto teológico”

De um saber estatístico a outro conjectural.

Zaid afirmava, em *Los demasiados libros*, que há mais poetas que leitores de poesia. Cabe conjecturar o mesmo, e com mais razão, dos artigos acadêmicos: haveria mais produtores que leitores. A biblioteca de Babel, nisso que se converteu contemporaneamente o ciberespaço – alimentado materialmente por enormes computadores armazenados

“Dois pesquisadores, Asit K. Biswas e Julian Kirchherr, publicaram faz pouco tempo um estudo no diário virtual *For the Straits Times*, no qual assinalavam que, para o caso das humanidades, 82% dos artigos publicados em revistas com referendo externo (*peer-reviewed*) nunca são citados (ainda que abundem as autocitações). A pergunta que surge então é para quem se está escrevendo? Se se é complacente com o que Marchant chamava de *interpretação técnica do pensar*, a resposta não é muito difícil de encontrar: para as empresas que lucram com suas bases de dados que vendem a preços exorbitantes às universidades, onde nós mesmos trabalhamos. Bases de dados as quais as instâncias acreditadoras praticamente obrigam a subscrever, enquanto se trata de umas das variáveis a considerar quando se mede a “qualidade” bibliográfica de uma universidade [...] Assim as coisas, a escritura do ensaio (e a defesa das revistas e editoras independentes) adquirem um caráter político, ao situarem-se à contrapelo de uma escritura que praticamente se nega a pensar e tenta se impor como o modelo por excelência da reflexão acadêmica.” (FREIRE, 2020, p. 43-44)

ocasionalmente debaixo da terra ou refrigerados por água para evitar a explosão dos circuitos – é um lugar sem lugar no qual os artigos estão à espera de seu leitor. Por casualidade, alguns deles fabulam em silêncio constelações anacrônicas, escavando no arquivo de uma biblioteca fraturada, animados pelo desejo de um leitor “porvir”. Outros simplesmente estão aí, computando-se a si mesmos, conforme a função que o dispositivo neoliberal lhes assignou, ao serviço das agências de certificação, de agências Elsevier e Clarivate Analytics e – mais humildemente – da sobrevivência individual.



Retomar constructivos más romper con el nat-
 para la pequeños, confec- uralismo histórico
 histo- cionados con per- vulgar. Captar la
 ria el fil neto y cortante. construcción de la
 prin - Descubrir entonces historia en cuanto
 cipio del montaje. en el análisis del tal. En estructu-
 Esto es, levantar pequeño momento ra de comentario.
 las grandes con- singular, el cris- Desechos de la
 strucciones con tal del acontecer historia.
 los elementos con- total. Así pues,

Walter Benjamin
Obra de los pasajes.

Ficções financeiras como lei. raúl rodríguez freire se perguntou, a partir do estudo da ficção literária, pela ficção jurídica e financeira, desembocando contemporaneamente em uma pergunta ecológica pela cosmopolítica na época do Antropoceno. raúl rodríguez freire tem demonstrado como essas ficções se dobram sobre si e o modo em que o sistema universitário atual está atravessado de cabo a rabo – e nós com ele – pelo aparato de circulação capitalista e pela ficção financeira (Rodríguez, 2018, p.36).

Na Espanha a universidade pública não está apartada disso. Se pensamos o público em termos kantianos, caberá assinalar que a lógica da universidade pública espanhola esteve regida tradicionalmente, muitas vezes, por critérios ligados ao preconceito, à vassalagem e ao clientelismo – princípios que ficam distantes do livre uso da razão. Habermas já estudou como a esfera pública crítica – que punha em crise a ordem representativa e se articulava com um espaço de intimidade no qual tinha relevância *o sabor do saber na língua* – foi rapidamente submetida à privatização. Portanto, além dessas análises (e da própria distinção entre público e privado, que hoje em dia se tornou praticamente obsoleta), a universidade pública atual está afetada, em suas próprias práticas e a partir de seus próprios fundamentos, por modos de funcionamento ligados à gestão. E, através dela, instituições que nominalmente continuam públicas têm assistido à transformação de seus modos de funcionamento, regidos hoje em dia pela lógica das finanças. A isso, raúl rodríguez freire se refere deste modo: “já não há universidade moderna, já não há professores, tampouco estudantes, unicamente empresas e trabalhadores, e cuja reunião em um só corpo hoje se chama empreendimento e a seus agentes empreendedores” (Rodríguez, 2020a, p. 93). Neste contexto, o capital humano, que faz de cada sujeito um empreendedor, é um dos

dispositivos fundamentais da racionalidade neoliberal (Rodríguez, p. 97). Pela lógica do capital humano se fomenta a conversão de cada trabalhador em um empresário de si mesmo. Essa estratégia, que transformará tanto a ideia de educação como a de trabalho, fará da primeira um investimento através do qual competirão tanto estudantes – convertidos ao mesmo tempo em clientes e trabalhadores – quanto universidades em “o nascente mercado do saber” (Rodríguez, 2020a, p. 101).

Cada um se torna assim responsável – e, potencialmente, culpado – de suas eleições – pensadas em termos de investimento – num espaço de competição universal no qual cada agente pode apostar seus capitais partir de um cálculo de custos e benefícios.

HOJE É O FUTURO

“Os futuros trabalhadores acadêmicos enfrentaremos não somente uma insegurança laboral, senão que também uma universidade com uma inacreditável desqualificação, curricular e “estudantil” (porém, rica em competências), altamente competitiva (mas que eleva a qualidade), com maus salários (mas que melhora a gestão dos recursos), com dificuldades para um trabalho estável (mas que favorece a rotatividade laboral e, por tanto, as novas experiências e a autogestão). Em outras palavras, precarização radical da universidade e daqueles que a habitam, mesmo que seja por horas: a universidade moderna está definitivamente em ruínas e sobre ela se tenta construir a universidade da excelência, que opera sem nenhuma outra referência que não seja a do mercado, ou seja, sem referências.” (FREIRE, 2020, p. 125-126)

Neste contexto, a dívida se converte em um dispositivo de controle. A dívida original – que os estados transferem a seus cidadãos, e com a que se faz, como afirmava Calderón de la Barca, que “o delito maior / do homem é haver nascido” –, se redobra, no campo educativo, com os créditos que muitos estudantes, por exemplo, nos Estados Unidos, são obrigados a solicitar para ingressar em suas carreiras universitárias. A dívida que surge disso – e que implica, como assinala Raúl Rodríguez Freire, “a naturalização do mercado” (Rodríguez, 2020a, p. 117) – determinará no futuro o comportamento desses sujeitos, que respondem a ela, em últimos termos, com seus corpos. Portanto, esse dispositivo, longe de afetar tão somente a alguns estudantes que podem pedir créditos (econômicos) para pagar seus créditos (universitários), na atualidade, afeta o conjunto da instituição universitária. Assim como os estudantes estão submetidos à lógica financeira do crédito,

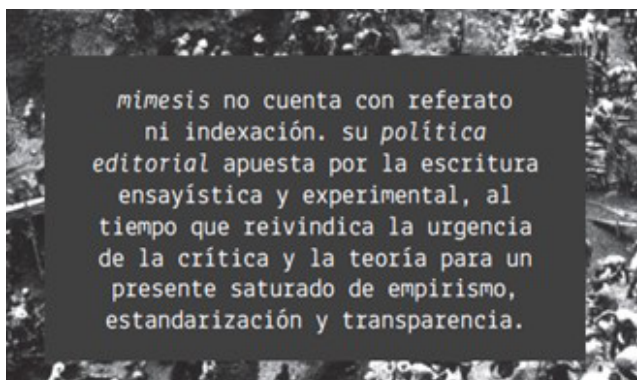


também professores, revistas acadêmicas, estudos, faculdades e universidades estão expostos ao controle e avaliação das agências estatais e autonômicas de qualidade. Essas agências – com o argumento da objetividade, da gestão e da promoção da excelência – efetuam uma captura da força de trabalho e, em último caso, sujeitam os corpos universitários, os quais são assim governados – e veem dirigida e limitada sua potência –, ficando compelidos às prisões de uma vida indexada, pa[u]perizada e predominantemente precária e desacreditada em um momento histórico no qual o interior e o exterior da universidade perderam seus contornos, no sentido em que grande parte de seus trabalhadores, convertidos em empregados, exercem seu trabalho formalmente em tempo parcial (ainda que, na prática, trabalhem a mesma quantidade de horas ou mais que seus colegas contratados em tempo integral), com contratos precários e de duração limitada. A partir disso, se percebe como a excelência e a precariedade não somente não estão em disputa, senão que muitas vezes estão de mãos dadas.

Desse modo, há que se entender a tese segundo a qual *o financiamento da educação* é a forma pela qual se adquire controle do mercado (Rodríguez, 2020a, p. 11) também no sentido de uma economia das subjetividades e das formas de vida. O mercado controla nossas práticas e inclusive nossas formas de vida através de dispositivos financeiros que, longe de exercerem-se externamente, temos interiorizado. As agências de qualificação são encarregadas de referendar esse estado de coisas. Se somos capazes de interromper a rotina produtiva na qual estamos imersos e o conformismo que a sustenta, talvez sintamos a miséria que os discursos do crédito e da excelência nutrem e quiçá possamos nos dar a possibilidade de abrir processos de dessubjetivação e ressubjetivação à margem desses dispositivos de controle. Pois – além do já dito – há algo que esses discursos omitem de modo sistemático: o fato de que, com o desmantelamento da universidade moderna, o *homo academicus*, produzido por ela mesma, já é uma coisa do passado. Aquilo que Javier López Alós chamou, com agudeza, o *homo pós-academicus*, remete às condições materiais dos trabalhadores acadêmicos – e, de modo mais amplo, às formas contemporâneas do trabalho intelectual – em tempos de precariedade. Essa precariedade não aparece como um momento mais ou menos efêmero da carreira acadêmica que afetaria a uma porcentagem relativamente pequena de trabalhadores, mas se constitui como condição estrutural do funcionamento normal das universidades públicas credenciadas com excelência e consideradas de qualidade. O que não é nenhuma contradição, pois como assinala Raúl Rodríguez Freire, o dispositivo da gestão funciona como um meio para rentabilizar a produção – barateando custos e maximizando benefícios – e uniformizar e controlar o mercado.



Escrito en un computador IMAC Apple en la ciudad de Viña del Mar, acabose este libro de diseñar e imprimir en la ciudad de Santiago de Chile, en el mes de mayo de 2018, 50 años después de la mayor insurgencia estudiantil del siglo XX, insurgencia que puso en jaque a la clase como sujeto político, a la episteme moderna y a la democracia representativa encarnada en el sistema de partidos. Desde entonces, gobiernos de todo el mundo han tratado de disciplinar y controlar la potencia alojada en la forma universidad. Se tiraron 500 ejemplares y en su composición utilizáronse los tipos Lektón de 10 puntos, Traveling Typewriter de 5 a 30 puntos, Type Keys de 12 y 26 puntos, Courier de 8 puntos, BudnoJiggler-Regular de 20 puntos, Paskowy de 20 puntos, Bradley Hand Bold de 10 puntos, Breitkopf Fraktur de 11 y 14 puntos y CarbonType de 10 y 14 puntos. Se imprimió en los talleres de Salesianos.



Montagens. Se a maioria dos livros e artigos acadêmicos chama a atenção pela sua forma – até o ponto de que deixamos de percebê-los, um livro como *La condición intelectual* – publicado pela editora Mimesis –, de raúl rodríguez freire –, um autor que assina com letras minúsculas – desautomatiza esse dispositivo, abrindo-se até a dimensão sensível e material da leitura: a montagem de fragmentos em diferentes tipos e tamanhos, na qual também se combinam imagens, e em cujo colofão se informa sobre a materialidade do livro.

Há letras humanistas, como há letras góticas, computacionais ou comerciais, um riquíssimo reservatório que não temos aproveitado, ao assumir de modo “natural” um reduzido número de fontes, como se estas constituíssem o único que temos à mão (no computador) para escrever. Cada tipo constitui uma determinada *forma* de inscrever o pensamento sobre um suporte (incluindo a extremamente real

página virtual), o que faz da tipografia um meio para corroborar a mutabilidade das ideias e das formas. A tipografia é antiplatônica. Que geralmente escrevamos com

Times New Roman, quiçá a mais empregada no mundo acadêmico (junto com Arial e a Calibri), se deva a que vem codificada (“por defeito”) pela maioria dos *softwares*, em geral já instalados no momento de comprar um aparelho. Foi desenhada no início dos anos de 1930 por solicitação do londrinense *The Times*, que a vendeu a Monotype, que a vendeu, por sua vez, a Microsoft. Em seu número 14, é a letra oficial da diplomacia estadunidense. As tipografias têm sua história [...]. Seus usos carregam rastros. (Rodríguez, 2020b, p. 31). *La condición intelectual*, que estuda o processo de uniformização e estandarização da universidade contemporânea e dos modos de escritura praticados pelos sujeitos a ela sujeitados, resiste ao mesmo através de uma imaginação crítica que encontra na materialidade do livro um modo privilegiado de dar corpo à potência do pensamento. Em nosso contexto, livros como esse permitem, a partir de uma interrupção, sonhar no presente um horizonte para nossas práticas e para um mundo no qual seja possível, de novo, o pensamento comum.

“escrevemos para outros que não conhecemos, porém nos quais confiamos: estudantes, amigas, amigos, colegas, desconhecidas e desconhecidos passados, presentes e futuros. E o que lhes confiamos é a insegurança de (do) que escrevemos. (FREIRE, 2020, p. 46)

“Presos em uma determinada relação com o conhecimento, a atividade produtivista se transformou em uma única verdade da universidade, excluindo o que a obstruía em seu caminho até a subsunção do saber sob o capital. Transformou-nos em personagens de Kafka, preenchendo formulário sobre formulário, solicitando certificados ou cartas de aceitação, e escrevendo, sim importar o quê, a partir de um certo número de caracteres: mais importante é onde publicamos. Porém, não se trata de renunciar, senão de inventar uma saída a esta que nos foi imposta. (FREIRE, 2028, p. 161)

O fora. Tanto a leitura como a escritura poderiam ser modos de estabelecer conexões com o fora. Raúl Rodríguez Freire dá uma explicação a respeito da questão do digital ao recordar-nos que as plataformas digitais são somente úteis quando se conectam e articulam com lutas e encontros que têm lugar *fora da rede*, em outra parte (Rodríguez, 2018, p. 25). A pergunta *para quem escrevemos* – e, sobretudo, quando não há um público prévio nem uma comunidade pré-existente a que se dirija a escritura – não deixa de ser pertinente, pois se trata de “uma preocupação que faz da escritura uma

experimentação que, como tal, politiza nosso trabalho, abrindo-o às múltiplas possibilidades de criar outro mundo a partir das lutas que hoje se jogam” (Rodríguez, 2020a, p. 48).

O incomensurável. O lugar que em uma época ocupou o inconcebível – aquilo que, por resistir a ser reduzido a conceito e a deixar-se compreender, não tinha direito à existência, porém podia transformá-la – hoje poderia ocupá-lo o incomensurável: aquilo que não se deixa mensurar e que se subtrai à quantificação, seja por ser *insignificante* (o que não deixa de ser uma forma do não-ser), seja por ser *desprezível* (no sentido quantitativo e valorativo da palavra). Incomensurável é o que pode passar em uma hora e meia de tempo vazio destinada a uma aula; o que sucede com o escrito quando o leitor o percorre silenciosamente; o que pode ocorrer – na distância entre uma ideia e sua conformação, além de um plano prévio – na

**“Navegar é preciso; viver não é preciso”
Fernando Pessoa**

escritura; o que se pode escutar ou tramar em um congresso universitário, à margem dos tempos previstos para as intervenções e da entrega dos certificados de participação; o que pode emergir de um diálogo espontâneo em um bar ou, pacientemente, nos meses de retiro em uma residência de escritura, em um arquivo ou em uma biblioteca. Falo de mundos e de práticas heterogêneas que, no entanto, a universidade põe em contato. E falo de formas da potência. Portanto, os conceitos de “qualidade” ou “excelência” apenas produzem o vazio sobre o qual caem e não dão conta de mundo algum; neles o Futuro já está escrito –, instaurando sobre as geografias mais diversas o deserto da gestão. Por isso a lição, os estudos ou o diálogo podem se converter de modo desapercibido em formas do desvio, do extravio ou inclusive do desvario. Por isso – porque inclusive dentro do trabalho nos abrem à folgança – contêm em si mesmos uma promessa de felicidade.

Essa promessa de felicidade – intimamente ligada à experiência artística, segundo Adorno, e associada até pouco a uma promessa de emancipação – é que fica sepultada, junto com os bens da vida, no atual dispositivo de controle, que implica sempre planificação, investimento e cálculo. Como poderia a derrota da navegação responder aos imperativos prévios do plano docente? Esse mecanismo de captura é, inicialmente, um dispositivo de governo de nossas vidas, no qual não importa *o que façamos*, nem *como*, mas que sempre nos conformemos a ele. Cabe perguntar-se, pois, por tudo o que deixamos de fazer para cumprir esse imperativo. Que outras escrituras poderíamos ter imaginado se não houvéssimos destinado nossos esforços a publicar,

mimetizando uma certa retórica quase sem nos dar conta, em revista indexadas? Que outras comunidades poderiam ter sido tramadas? Que outras conjunções ou conjurações poderíamos ter inventado ou poderiam ter surgido em nossas derivas? O que deixamos de lado (e não cessamos de deixar de lado a cada momento) ao aceitar preencher os aplicativos, publicar em revistas indexadas, manter atualizado nossos diversos currículos, participar daqueles congressos dos quais participamos, etc.? *Por que propor essas perguntas no passado e não no presente?* Se pensamos nessas questões, veremos como se converte em muito tênue a distinção entre “vida” e “vida intelectual”, confirmando que o que se transmite na aula – e nos espaços (pós)acadêmicos – não é tanto um saber (uma questão de *conteúdos*) como um saber-fazer (em última instância, *uma forma de vida*).

Aí existe toda uma ética da docência – e da vida (pós)acadêmica – que está em jogo. Pois o tempo da ação – suponhamos, a hora e meia de tempo vazio que se costuma destinar a uma aula – abriga uma potência incomensurável. Nesse tempo, que se subtrai ao dispositivo de captura, um professor ainda pode ensinar o que não sabe a alguns estudantes que podem aprender o que este não lhes ensina para, desse modo, ensiná-lo. Cultivar e cuidar do incomensurável quer dizer prestar atenção à multiplicidade de mundos que há no mundo, suspendendo o imperativo teológico de uma *ratio* neoliberal que se quer fazer passar como única razão possível e faz da guerra permanente (guerra com os outros e conosco mesmos) o único modo de estar juntos. Esse cuidado que nos abre para o heterogêneo nos permite ir além dos nossos próprios tempo e espaço, de nossa própria posição, nos permite voltar sobre o negado e o esquecido, sobre aqueles que se apartaram do caminho ou que não se conformaram ao seu tempo..., porém, também sobre aquilo que fazemos aqui e agora, e que quase sempre passamos por alto.

“Podemos certamente escrever sem nos indagar por que escrevemos. Um escritor que olha sua pena traçar letras teria o direito de erguê-la para lhe dizer: Pare! O que você sabe sobre si mesma? Em vista de que estás avançando? Por que não vê que sua tinta não deixa marcas, que você vai avançando livremente para frente, mas no vazio, que, se não está encontrando obstáculo, é porque nunca deixou seu ponto de partida? E, no entanto, escreve: escreve sem descanso, descobrindo-me o que eu lhe dito e me revelando o que sei; os outros, ao ler, enriquecem-na do que de ti tomam e lhe dão o que você lhes ensina. Agora, o que não você não fez, está feito; o que não escreveu está escrito.”

Maurice Blanchot, *A literatura e o direito à morte*

Referências

- BLANCHOT, Maurice. *A literatura e o direito à morte*. Tradução de Sara Belo. Coimbra: Edições Sr. Teste, 2020.
- RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl. *La Condición Intelectual*. Informe para una Academia. Santiago de Chile: Mimesis, 2018.
- RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl. *La universidad sin atributos*. Santiago de Chile: Macul, 2020a.
- RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl. *La Forma como Ensayo*. Crítica Ficción Teoría. Adrogúe: La Cebra, 2020b.
- RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl. *Ficciones de la Ley*. Santiago de Chile: Mimesis, 2022a.
- RODRÍGUEZ FREIRE, Raúl. (ed.) *La Naturaleza de las Humanidades*. Para una vida bajo otro clima. Santiago de Chile: Mimesis, 2022b.

Max Hidalgo Nácher. Professor de Teoria da Literatura e Literatura Comparada na Universitat de Barcelona.

E-mail: maxhidalgo@ub.edu

Declaração de Autoria

Max Hidalgo, declarado autor, confirma sua participação em todas as etapas de elaboração do trabalho: 1. Concepção, projeto, pesquisa bibliográfica, análise e interpretação dos dados; 2. Redação e revisão do manuscrito; 3. Aprovação da versão final do manuscrito para publicação; 4. Responsabilidade por todos os aspectos do trabalho e garantia pela exatidão e integridade de qualquer parte da obra.

Parecer Final dos Editores

Ana Maria Lisboa de Mello, Elena Cristina Palmero González, Rafael Gutierrez Giraldo e Rodrigo Labriola, aprovamos a versão final deste texto para sua publicação.

Recebido em: 17/12/2023

Aceito em: 20/02/2024